



GT – 23: Urbanização, turismo e lazeres

ARQUITETURA DE ESTÁDIOS E A PRODUÇÃO DA CIDADE- ESPETÁCULO

Transformações no lugar do futebol a partir da difusão das arenas multiuso

Autor(01): Joyce Zaninho

Filiação institucional: Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: joycezaninho@gmail.com

RESUMO: A tipologia arquitetônica estádio de futebol é amplamente difundida no território brasileiro, sobretudo nos grandes centros urbanos. Atualmente, verifica-se processo de mercantilização e influência econômica global que vem transformando o lugar do futebol, tendo como consequência a supressão da dimensão local. Este artigo objetiva elaborar análise sobre a transformação do lugar no contexto dos estádios de futebol. Adota-se uma abordagem qualitativa-descritiva a partir das seguintes etapas: i) revisão conceitual sobre as transformações que ocorrem na atualidade que influenciam os estádios de futebol; ii) apresentação de exemplos de caso com base em dois estádios no contexto brasileiro. Deste modo, pretende-se demonstrar as particularidades da reprodução espacial associada ao futebol e algumas das consequências das transformações que vem ocorrendo na arquitetura de estádios e no território.

Palavras-chave: estádio de futebol, arena multiuso, elitização

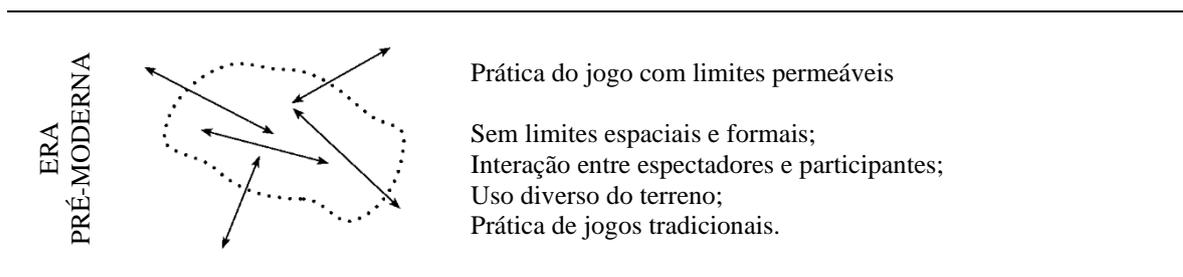
1. INTRODUÇÃO

O lugar do futebol, compreendido de forma ampla, se caracteriza como espaço de uma prática coletiva – e individual – que reflete nas arquibancadas, no transporte público, bares, ruas, redes (SIMÕES, 2023, p. 364), em suma, na vida urbana em sua completude. Este conjunto tem como principal marco geográfico o estádio de futebol, uma centralidade periódica capaz de mobilizar grande afluxo de pessoas, provocando um reordenamento na gestão pública de seu entorno (MASCARENHAS, 2014b, p. 161). O surgimento e a expansão dos estádios são um reflexo do interesse público na prática do futebol (MASCARENHAS, 2014a, p. 87) e são considerados um monumento relevante para compreender a dinâmica de transformação urbana

no Brasil, em especial a partir do começo do século XX. O edifício estádio de futebol e seu entorno consistem em um lugar de expressão cultural, social e política, dotado de potencial realizador da esfera da vida pública.

Desde a origem, a tipologia estádio de futebol é objeto de transformação, sobretudo nas últimas décadas a partir da adaptação a novos usos além do esportivo. A mercantilização do futebol não é algo recente, mesmo a codificação das regras do jogo e processo de profissionalização na Inglaterra no século XIX são resultados deste fenômeno. O que antes era uma atividade de lazer limitada a jovens da aristocracia, com a popularização do futebol passa a ser reivindicado como forma de trabalho por jogadores oriundos do proletariado (BALE, 2001). No contexto brasileiro, o futebol se torna elemento significativo no processo de industrialização e urbanização do país (FRANCO JR., 2007; MASCARENHAS, 2014a), mantendo sua relevância até a atualidade nas cidades brasileiras e no imaginário popular. Com isso, o futebol marca presença constante na vida urbana brasileira, seja no subúrbio ou nos grandes centros, através da prática amadora ou institucionalizada, na dimensão da vizinhança ou “da massa” (GUEDES, 2023).

Neste sentido, a dimensão local do futebol é evidente em seus meios de influência. Contudo, ela não é imune às influências das redes globalizantes que vêm transformando o mundo nas últimas décadas (HAESBAERT, 2012). Com isso, a inserção do lugar do futebol em um contexto global provoca consequências não apenas ao esporte em si. Com clara reverberação na produção de arquitetura de estádios e, em última instância, do espaço urbano. Por meio da representação elaborada por Bale (2001) e atualizada por Gaffney (2008), identifica-se um contínuo processo paulatino de mercantilização dos espaços de lazer, onde a relação entre o lugar e os usuários é objeto de transformação, resultando em uma relação mediada pelo controle dos corpos e consumo em diversas escalas.



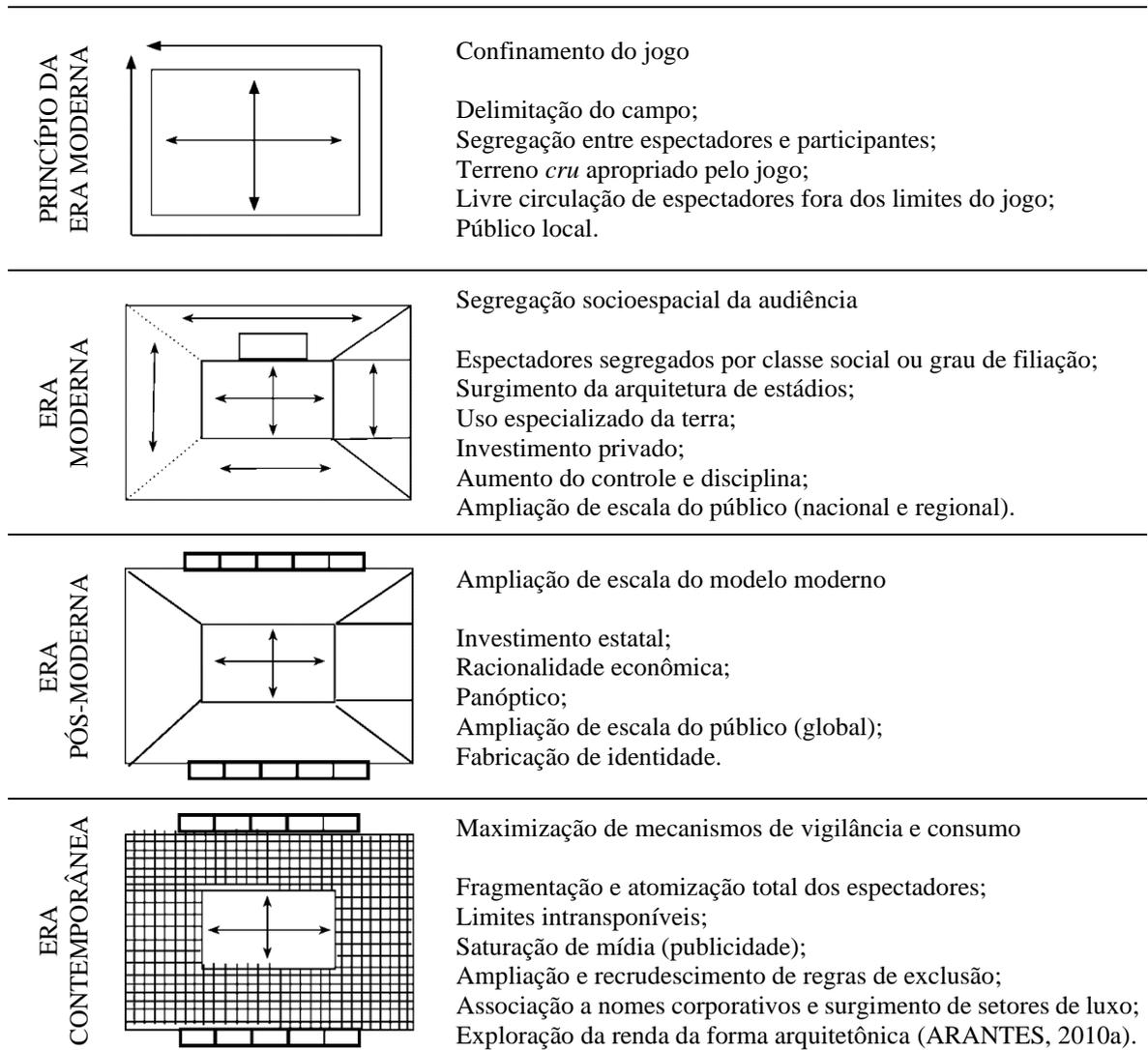


Diagrama 1. Modelo evolutivo do estádio de futebol, modificado e ampliado (BALE, 2001; GAFFNEY, 2008).

Baseado em 5 eras de desenvolvimento, em uma transformação que parte de jogos tradicionais sem sistematização até a racionalização arquitetônica completa refletindo tendências sociais, econômicas e políticas (Tradução e complementação nossa).

A partir da década de 1990, com a ascensão das políticas neoliberais a nível global (HARVEY, 2014), a relação estabelecida entre o edifício estádio de futebol e o território no qual está inserido vem sendo objeto de profunda transformação. Como consequência, verifica-se um processo contínuo de elitização e desterritorialização nos estádios de futebol, onde o sentido local do futebol perde força frente ao espetáculo global dos campeonatos da elite do esporte. Com isso, um novo modelo de arquitetura de estádios ganha força. Neste sentido, propõe-se neste artigo compreender a transformação contemporânea na arquitetura de estádios a partir de uma lógica capitalista de exploração da renda da forma na contemporaneidade e a dupla espoliação originada neste processo. Para tal, é realizada revisão bibliográfica em torno

das transformações realizadas nos estádios de futebol na contemporaneidade, a descrição de suas características, os problemas resultantes deste processo e as reverberações identificadas no contexto brasileiro por meio de exemplos de caso.

2. A PRODUÇÃO DA CIDADE-ESPETÁCULO E O PROCESSO DE ESPOLIAÇÃO NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL

A Copa do Mundo realizada no Brasil em 2014, entre outros megaeventos esportivos, serviu como fenômeno acelerador de tendências neoliberais já em curso no Brasil (MASCARENHAS, 2014a, p. 210), onde diversos estádios brasileiros são reformados a partir de um ideal radical de transformação da paisagem e formas de apropriação do espaço. Este processo de transformação, iniciado a partir da década de 1990, é realizado com base em recomendações da Federação Internacional de Futebol (FIFA) para a reforma e construção de estádios de futebol. Por meio das exigências postas, percebe-se a intenção de substituir a figura do torcedor frequentador de estádios por um novo público consumidor (MASCARENHAS, 2012). Neste contexto, é possível identificar um duplo caráter no processo de espoliação que ocorre a partir destas transformações urbanas e arquitetônicas associadas aos estádios de futebol.

O primeiro se dá a partir da mercantilização do solo urbano amplamente difundida pelos incorporadores imobiliários e agentes do Estado, por meio do processo de transformação urbana que resulta na segregação socioespacial de estratos sociais inferiorizados (SANTOS e TAVARES, 2011). A alteração na forma de ocupação urbana provoca a expulsão desta população a partir da implantação de determinados tipos de empreendimentos – condomínios residenciais e comerciais, *shopping centers*, entre outros –, alavancada pela presença do estádio e melhorias urbanas associadas a ele, em regiões que antes tinham outra configuração espacial. O Estado tem papel protagonista ao atuar na regulação da reprodução espacial por meio dos mecanismos de definição de uso e ocupação do território, muitas vezes defendendo renovações urbanas que privilegiam as ações de grupos interessados na exploração da renda da terra, promotores imobiliários, concessionárias e prestadores de serviço, além das empreiteiras de obras públicas no contexto brasileiro (OLIVEIRA, 2015, p. 150). Com o grande aporte de investimento em obras de urbanização e infraestrutura associada aos eventos esportivos, ocorre

então o aumento do preço da terra e do custo de vida das regiões que passam por transformação, inviabilizando a permanência da população economicamente excluída, seja para moradia ou atividades de comércio e serviços. Estas operações urbanas oriundas da junção entre interesses privados e representantes do poder público têm se intensificado a partir da ascensão do empreendedorismo urbano descrito por David Harvey (2005), que provoca uma mudança de paradigma no ponto de vista da gestão urbana.

Embora sejam amplamente difundidos na paisagem urbana, os estádios de futebol não estão inseridos no campo comum da produção social do espaço, consistem em uma exceção que promove outro tipo de valorização além do mercado imobiliário (ARANTES, 2010a), bastante distinto da produção residencial e comercial por meio de construtoras e incorporadoras, composta em sua maioria por edifícios residenciais ou comerciais. Trata-se de um objeto construído que resulta do crescimento urbano e que desempenha papel relevante também na indução deste processo. Em geral, estas obras não estão à disposição do mercado imobiliário, mas são utilizadas como estratégia de valorização de marcas e discursos, são reconhecidos como monumento e atraem uma renda distinta da renda fundiária, “uma renda monopolística intrínseca à sua forma arquitetônica única e espetacular” (ARANTES, 2010a, p. 2), onde os edifícios são desenhados para circular como produtos publicitários, ou *logotectures*, como propõe Sydney Pollack (ARANTES, 2010a). Neste sentido, a forma arquitetônica não mais se limita à sua materialidade, é pensada para ser reproduzida enquanto imagem, discurso, ideologia, a expressão de um poder simbólico que a patrocina, onde a reprodutibilidade imaterial do objeto arquitetônico regressa à condição física de objeto construído (ARANTES, 2010a, p. 261). Este movimento constitui um ciclo que tem capacidade de gerar renda monopolista associada à forma arquitetônica a partir de seu caráter único e espetacular, que resulta em uma espiral de atração de pessoas, riquezas e negócios. É estabelecida então uma relação entre a obra original e a sua reprodução imaterial, potencializando a renda da forma, seja através da publicidade, da indústria do turismo, entre outros (ARANTES, 2010a, p. 261). “A sofisticação técnica ostensiva, a diferenciação das superfícies e a exuberância formal passaram a ser requisitos para constituir imagens arquitetônicas exclusivas, capazes de valorizar os investimentos e, conseqüentemente, as cidades que os disputam” (ARANTES, 2010b, p. 86).

Além do caráter associado à competitividade econômica das cidades em um contexto global (VAINER, 2000, p. 78), esta “forma fetiche apaga as contradições das relações de produção inscritas na temporalidade do trabalho na espacialidade imóvel das formas plásticas” (FERRO, 2006, p. 302). No contexto dos estádios, o que antes era uma arquitetura marcada pela verdade dos materiais e racionalidade estrutural, agora se percebe uma busca pela prevalência das superfícies, da leveza, ocultando as estruturas e, em última instância, o trabalho. Arantes (ARANTES, 2010b, p. 100) argumenta que esta nova arquitetura constituída no aparato tecnológico transforma o canteiro de obras em uma produção mecanizada, em que, de forma contraditória, as montagens ainda se baseiam em um processo artesanal, mas em que os operários não têm qualquer liberdade própria ao artesanato. Trata-se de uma produção não mais determinada a partir de soluções propostas para serem replicadas em grande escala, mas sim na exploração potencial da renda monopolista da mercadoria, com claro objetivo da produção da exclusividade, “de séries restritas e mesmo obras únicas, associadas às grifes dos projetistas e seus patrocinadores” (ARANTES, 2010b, p. 92).

A segunda forma de espoliação se dá no processo de desterritorialização promovido no lugar do futebol e mercantilização dos espaços de lazer. Com a transformação dos estádios de futebol em *arena multiuso*¹, verifica-se paulatinamente um processo de exclusão daqueles que antes frequentavam a arquibancada, os responsáveis por compor a festa coletiva do futebol que se dá nos estádios e seu entorno, em especial nos dias de jogos.

Recebem a denominação de *arena multiuso* os estádios que são construídos ou reformados com base em uma lógica construtiva incentivada pela FIFA, que transforma o estádio de futebol em um complexo que engloba atividades de entretenimento, comércio e turismo. Em defesa a este modelo, existe a alegação de que estádios de futebol são edifícios subutilizados e deficitários, que, sob pretexto de melhor aproveitamento da infraestrutura e da demanda do público por mais conforto e segurança, são implementados diversas outras transformações, outros usos e formas de exploração no estádio de futebol (ARAÚJO, 2008, p. 554). Algumas características deste modelo de estádio de futebol são identificadas por Gaffney (2008) ao descrever as características do estádio na era contemporânea, que resultam na

¹ Problematização do termo *arena multiuso*, mostrar definição que nos interessa.

maximização de mecanismos de vigilância e consumo, são elas: a fragmentação e atomização dos espectadores, enquanto estádios tradicionais entendiam as arquibancadas como espaço de expressão coletivizada da torcida, ainda que com setores claramente delimitados; definição de limites intransponíveis; saturação de mídia por meio da publicidade; ampliação e recrudescimento de regras de exclusão, sobretudo por meio da implementação de tecnologias como reconhecimento facial; associação do edifício a nomes corporativos (*namings rights*) e surgimento de setores de luxo; exclusão por meio do preço dos ingressos, estabelecendo um recorte de classe com base na capacidade de consumo dos frequentadores. Gilmar Mascarenhas propõe uma síntese da intencionalidade por trás das arenas multiuso que dominam a lógica construtiva dos estádios na atualidade:

No plano arquitetônico, a tônica dominante é a ostentação monumental destes novos objetos icônicos. No aspecto funcional, prevalecem promessas de segurança, tecnologia e comodidade ao público assistente. No âmbito social, o novo conceito de estádio tende ao elitismo explícito. Na dimensão cultural, o banimento ou repressão ao amplo repertório de práticas coletivas, expresso em cantos e coreografias (MASCARENHAS, 2015).

As transformações na forma arquitetônica incidem diretamente sobre as novas formas de apropriação do espaço, em especial a partir das formas de espoliação que esta nova produção de arquitetura evidencia. A partir da argumentação de que as mudanças têm objetivo de oferecer mais conforto e segurança aos antigos frequentadores, o que se verifica na realidade é a transformação do perfil do público frequentador de estádio (CASTRO, 2016, p. 121). O estádio, outrora compreendido como lugar de realização de parcela da vida urbana (MASCARENHAS, 2015), da expressão popular, agora se transforma em palco de um espetáculo globalizado e higienizado, ancorado nas atividades de consumo e turismo em um espaço privatizado, elitizado e controlado.

Neste contexto, o movimento de torcida, originalmente popular e frequentadora assídua dos estádios, passa a ser substituído, ainda que de forma incompleta, como constata Ferreira (2017), por uma lógica de apropriação pautada pelos ideais em torno do futebol enquanto mercadoria globalizada (SIMÕES, 2017). Esta transformação não ocorre apenas no edifício estádio, ela incide também sobre o controle do território do entorno e provoca um reordenamento temporário, em especial durante eventos esportivos (MASCARENHAS, 2014a). A influência da regulação dos eventos esportivos realizados em estádio se estende à

limitação do comércio popular de rua e livre circulação sofre influência dos mecanismos de controle territorial imposto aos estádios. Em resumo, emerge aqui uma nova territorialidade nos estádios caracterizada por diversas formas de limitação de acesso e expressão popular, individual ou coletiva, “pelas restrições de portabilidade de inúmeros objetos e adereços, incluindo faixas e cartazes com conteúdo ‘político’” (GAFFNEY e MASCARENHAS, 2005). Mesmo a festa característica dos estádios de massa é prejudicada pelas limitações severas de comportamento dentro do estádio, com normas restritivas, vigilância onipresente e imposição da disciplinarização dos corpos. A forma arquitetônica dos estádios de futebol desempenha papel relevante tanto na exploração da renda de monopólio quando na implementação de ferramentas de controle.

Uma das primeiras formas de restrição estimulada pela produção de arenas multiuso se dá a partir da esfera econômica. Sob justificativa do alto custo de manutenção desta tipologia, ocorre também o aumento do valor do ingresso, que provoca a expulsão de torcedores com menor poder aquisitivo que tradicionalmente ocupavam as arquibancadas, até mesmo com a supressão de setores populares, que ofereciam ingresso de menor custo em relação a outros setores dentro do estádio. Paulatinamente, é perceptível a mudança no público nos estádios brasileiros que passaram por transformações do tipo, afastando o público tradicional da classe popular e privilegiando uma classe média consumidora (SIMÕES, 2017), emergindo daí uma nova forma de ocupar os estádios a partir da espoliação da classe popular.

3. ARQUITETURA DE ESTÁDIOS E ARENAS MULTIUSO: UM PANORAMA DA TRANSFORMAÇÃO E ELITIZAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Ao fim da década de 1980 ocorrem mudanças significativas no futebol que impactam diretamente a arquitetura de estádios. Com a predominância da renda de patrocínios e a difusão da transmissão de televisão, a renda proveniente do público dos estádios deixa de ter um peso significativo nas finanças dos clubes. Em paralelo, uma série de tragédias na Europa

envolvendo superlotação e violência nos estádios² coloca em xeque o modelo de arquitetura de estádios voltado para as massas. Os torcedores numerosos e ruidosos que antes eram responsáveis pela renda dos clubes passam a ser considerados um problema pela nova lógica neoliberal higienista que almeja transformar torcedores em consumidores passivos de um futebol que passa a ser pensado como um produto televisivo, espetacularizado. Com isso, há uma transformação significativa na arquitetura dos estádios, que agora precisam suprir as demandas geradas pela estrutura necessária para a transmissão televisiva. Além disso, passam a atender normas mais rígidas de segurança que impactam diretamente na capacidade dos estádios, reduzindo o público de forma significativa, e a implantação de uma série de equipamentos que visam limitar a festa e manifestação das torcidas.

Este processo ocorre de forma paulatina ao longo de várias décadas até a atualidade. Uma síntese aparece no documento da FIFA (Federação Internacional de Futebol) que estipula regras e padrões para que a arquitetura de estádios seja considerada adequada para a realização de eventos esportivos organizados pela entidade (FIFA, 2011). Com isso, há uma clara mudança formal nos estádios, o que provoca também uma alteração significativa no público alvo preferencial dos organizadores do futebol. Esta alteração no modelo dos estádios estabelece como prioridade uma lógica mercantilizada e espetacularizada de concepção e gestão do espaço público (SIMÕES, 2023; FERREIRA, 2020). Como consequência deste movimento, ocorre um aumento significativo no valor dos ingressos e a inserção de diversos elementos voltados ao consumo e conforto dos expectadores, o que provoca a elitização do público dos estádios e a expulsão de torcedores tradicionais de menor poder aquisitivo (CASTILHO, EVRARD e CHARRIER, 2017). A atual Ligga Arena, popularmente conhecida como Arena da Baixada, inaugurada em 1999, em Curitiba, é considerada pioneira deste modelo de edificação no Brasil (DRULA, 2015).

As características descritas no tópico anterior têm sido cada vez mais difundidas nos estádios brasileiros recorte da elite do futebol, impulsionadas pela realização de megaeventos

² Um marco destes eventos ocorre na Inglaterra, em 15 de abril de 1989, numa partida válida pela semifinal da Taça da Inglaterra entre Liverpool e Nottingham Forest, no estádio de Hillsborough. A entrada de uma imensa quantidade de torcedores provocou o esmagamento e a morte de um total de 96 pessoas (em 2021, a contagem é atualizada para 97 após a morte de um torcedor que sobreviveu em estado vegetativo em consequência desta tragédia-crime), com mais de 766 feridos, num dos maiores desastres do futebol mundial (SIMÕES, 2017, p. 118).

esportivos no Brasil, sobretudo a Copa do Mundo de 2014. Exemplo marcante deste processo de reforma e elitização é o estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã. Este passou por diversas reformas sob pretexto de adequações aos megaeventos esportivos que ocorreram no Brasil, como os Jogos Pan-Americanos (2007), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Antes do Pan ocorre uma primeira reforma que acaba com a Geral, setor popular do estádio, que se tratava de uma pista em concreto sem assentos, que passa a dar lugar para ampliação de arquibancada com cadeiras. Mas a maior descaracterização, irreversível, é feita na reforma para a Copa do Mundo: a demolição da antiga marquise em concreto armado, apesar do tombamento realizado pelo IPHAN (CASTRO, 2016, p. 136).

Uma característica simbólica e comum a reformas de diversos estádios brasileiros a partir do começo do século XX consiste no fim do setor popular que oferecia acesso a eventos no estádio de futebol a preços muito inferiores ao que era praticado no restante dos setores (SIMÕES, 2017). Estes, ao longo das décadas de funcionamento, foram responsáveis pelo estabelecimento de uma festa coletiva e constituição tradições e manifestações torcedoras tão características dos estádios brasileiros. Destaca-se a extinção da Coréia, como era reconhecido o setor popular do estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, realizada em 2004. A Geral do Estádio Maracanã, extinguida em 2005 (CASTRO, 2016). A Geral do Estádio Mineirão, extinguida em 2010, entre outras.

Apesar dos megaeventos representarem um marco no processo de modernização dos estádios brasileiros, a difusão das arenas multiuso não se restringe a este contexto. Trata-se de um evento impulsionador de um modelo que segue vigente mesmo após a sua realização, nos diversos contextos urbanos, sobretudo aqueles com representação nos principais campeonatos do futebol brasileiro. Neste sentido, o antigo estádio Palestra Itália, atualmente conhecido como Allianz Parque, é tido como exemplo de aplicação do modelo *arena multiuso* explicado anteriormente. Destaca-se a extração de renda a partir da comercialização dos *naming rights*³. Trata-se de uma prática completamente inserida na lógica da arquitetura como estratégia de

³ Trata-se de um modelo de extração de renda em que os responsáveis pela venda oferecem a concessão para exploração da imagem da edificação a partir da sobreposição de seu nome com o nome associado a alguma marca, geralmente a partir de um contrato de exploração por período determinado. Trata-se de um modelo comum aplicado em arenas multiuso em todo o mundo.

valorização de marca (ARANTES, 2010a) das já citadas *logotectures*. Ocorre aqui uma sobreposição da dimensão local do estádio até mesmo em seu nome tradicional para a utilização do nome de uma marca global. Sua circulação e exposição como imagem no contexto do futebol globalizado justifica o uso destes edifícios monumentais enquanto vitrine, podendo servir ao interesse de corporações privadas ou integrar uma estratégia de *citymarketing* (MASCARENHAS, 2014b, p. 32). Esta reprodutibilidade imaterial da forma arquitetônica e das marcas ainda regressa ao edifício em forma de “peregrinação de turistas” (ARANTES, 2010b, p. 87) para o reconhecimento do original e participação no espetáculo do futebol, onde o consumidor, “solitário ou imerso em seu pequeno e ‘fechado’ grupo, contempla, aplaude, filma e fotografa o cenário. Uma experiência [...] altamente lucrativa para os donos do espetáculo” (MASCARENHAS, 2014b, p. 32). O estádio, antes tido como local de pertencimento e expressão coletiva tão enraizado na cultura urbana, agora passa a se inserir numa lógica que prioriza a experiência individual associada ao consumo.

Mais recente e em pleno processo de transformação, destaca-se o caso do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu, na cidade de São Paulo. Inaugurado em 1940, este foi o primeiro estádio estatal construído no Brasil. Voltado às massas, foi considerado o maior do país até a inauguração do Maracanã, em 1950. Em 2020, o complexo do Pacaembu, que engloba estádio de futebol e outros equipamentos públicos de esporte e lazer, passou por um processo de concessão à iniciativa privada para manutenção e exploração econômica do espaço público de lazer por período determinado, inserido em uma política mais ampla da Prefeitura de São Paulo objetivando a instauração de parcerias público-privadas (PPP) em diversos espaços livres públicos da cidade (DA DALT, 2023). Desde então, o estádio vem passando por reformas sob responsabilidade da concessionária Allegra. Sob justificativa de “modernização” da estrutura, um dos primeiros atos foi a demolição do Tobogã (ROLNIK, 2021), antigo setor popular do Pacaembu, para a implantação de um edifício multiuso no lugar, além da demolição das arquibancadas laterais para a construção de áreas de eventos, transformando o lugar em um complexo de entretenimento e hotelaria (DA DALT, 2022).

Inicialmente, o período de concessão acordado em contrato foi de 35 anos. No entanto, a empresa, alegando prejuízos devido à pandemia, solicitou a extensão de 15 anos no contrato de gestão, bem como a inclusão da exploração da Praça Charles Miller, situada em frente ao

complexo, na concessão. Este processo tem sido amplamente questionado por diversos motivos: falta de transparência em relação às atividades realizadas pela concessionária; desrespeito ao processo de tombamento existente que protege a arquitetura do estádio; falta de contrapartida da concessionária sobre a exploração do espaço público, que deixa de cumprir a sua função social para ser transformado em um espaço elitizado e de acesso restrito. Apesar de se tratar de um caso ainda sem um desfecho, é possível perceber o rumo das decisões em torno do Pacaembu. A ausência de transparência e diálogo acerca de um estádio tão emblemático para a cidade de São Paulo para privilegiar a ação de um grupo com interesses privados sobre um espaço público indica uma gestão que não prioriza um desenvolvimento igualitário da cidade, trata-se de um incentivo à exploração econômica de bens que deviam ter como prioridade sua função social, algo amplamente difundido nos ideais do empreendedorismo urbano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estádios de futebol e todo entorno associado a eles constituem um relevante espaço de expressão da vida pública que aqui chamamos de lugar de futebol. Trata-se de um lugar de manifestação coletiva tradicionalmente associado às torcidas de futebol. Em especial em dias de jogos, esta manifestação é caracterizada como um fenômeno de carnavalização (MASCARENHAS, 2014c, p. 73). Este movimento notadamente popular vem sofrendo mudanças nos últimos anos com o processo de transformações nos estádios e seu contexto urbano. Neste sentido, percebe-se que a arquitetura e o ordenamento territorial são utilizados como mecanismo de expulsão de pessoas de camadas sociais tidas como inferiores em detrimento de uma classe média consumidora passiva.

Constata-se que este movimento ocorre tanto em estádios mantidos pela iniciativa privada, como o caso da atual Arena Allianz Parque, quanto pelos estádios públicos, como o caso em curso do processo de reforma do Estádio do Pacaembu. Percebe-se uma ação conjunta entre entes privados e agentes do Estado em prol de uma transformação no território e nos espaços públicos para a implementação de mecanismos de controle e priorização de atividades ligadas ao consumo em detrimento de um espaço público de lazer acessível à população.

Como consequência, o que se percebe nas transformações do lugar do futebol é uma perda da dimensão local das expressões populares associadas ao futebol e uma priorização de

um modelo pautado pelo ideal do futebol enquanto mercadoria globalizada. Uma arena no Brasil é construída com características similares a outras arenas em qualquer lugar do mundo, elemento que transforma a ambiência do estádio e seu entorno em um teatro genérico, palco de um espetáculo globalizado e higienizado, ancorado nas atividades de consumo e turismo em um espaço privatizado, elitizado e controlado.

Com isso, ressalta-se a importância de compreender estas dinâmicas que vem transformando e provocando a desterritorialização de um aspecto relevante da cultura brasileira e discutir as formas em que o ordenamento territorial e a arquitetura podem influenciar na produção do espaço de forma que estas forças sejam capazes de sobrepor os interesses econômicos que incidem sobre a cidade. É necessário rediscutir estas intervenções e propor novas práticas para projetos de arquitetura de estádio, bem como no contexto urbano em que estes estão situados. Não se trata de uma romantização ou saudosismo de estádios considerados ultrapassados ou precários, que por muito tempo foram espaços restritivos à presença de mulheres, crianças, idosos e pessoas LGBTQIAP+, mas sim se opor ao modelo hipermercantilizado e com ideias restritas à venda do futebol como espetáculo para o cidadão consumidor (FERREIRA, 2020, p. 517), bem como a transformação do lazer em mercadoria, supressão da dimensão cultural e lúdica, limitação do acesso de grupos sociais economicamente excluídos, privilegiando os aspectos ligados ao consumo e ocupação passiva do espaço.

5. REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. F. **Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma**. 2010. Tese (Doutorado - Área de Concentração: Tecnologia da Arquitetura) - FAUUSP. São Paulo, p. 308. 2010a.
- ARANTES, P. F. Forma, valor e renda na arquitetura contemporânea. **ARS**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 85-108, 2010b.
- ARAÚJO, R. Arenas Esportivas: do Conceito Básico ao Estado da Arte. In: DACISTA, L., et al. **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- BALE, J. **Sports, space and the city**. New Jersey: The Blackburn Press, 2001. 211 p.

- CASTILHO, C. T.; EVRARD, B.; CHARRIER, D. 2014 FIFA World Cup in Brazil: Gentrification of Brazilian Football. **Sociology and Anthropology**, 5, n. 9, 2017. 703-712.
- CASTRO, D. G. **"O Maraca é nosso!": da "monumentalidade das massas" ao "padrão-FIFA" - neoliberalização da cidade, elitização do futebol e lutas sociais em torno do Maracanã**. 2016. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia - UERJ. Rio de Janeiro, p. 259. 2016.
- DA DALT, S. LabCidade. **Órfãos do Pacaembu agora também serão órfãos da Praça Charles Miller?**, 13 abril 2022. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/orfaos-do-pacaembu-agora-tambem-serao-orfaos-da-praca-charles-miller/>>. Acesso em: 15 agosto 2023.
- DA DALT, S. D. C. **Privatização do espaço público: trajetória da concessão do complexo esportivo do Pacaembu**. 2023. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP. São Carlos, p. 308. 2023.
- DRULA, A. J. **O processo de transformação de um estádio para arena: o caso "Arena da Baixada"**. 2010. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Ciências Biológicas) - Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 130. 2015.
- FERREIRA, F. D. C. **O estádio de futebol como arena para a produção de diferentes territorialidades torcedoras: inclusões, exclusões, tensões e contradições presentes no novo Maracanã**. 2017. Tese (Doutorado - Área de Concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico) - PPGG-UERJ. Rio de Janeiro, p. 439. 2017.
- FERREIRA, F. D. C. Estádios e arenas como lentes privilegiadas para capturar as transformações do espaço urbano. In: GIGLIO, S. S.; PRONI, M. W. **O futebol nas ciências humanas no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. Cap. 28, p. 508-523.
- FERRO, S. O fetichismo na arquitetura. In: FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FIFA. **Estádios de futebol: Recomendações e requisitos técnicos**. Fédération Internationale de Football Association. Zurique, Suíça, p. 219. 2011.

- FRANCO JR., H. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 433 p.
- GAFFNEY, C. T. **Temples of the earthbound gods: stadiums in the cultural landscapes of Rio de Janeiro and Buenos Aires.** 1ª. ed. Austin: University of Texas Press, 2008.
- GAFFNEY, C.; MASCARENHAS, G. The soccer stadium as a disciplinary space. **Revista Esporte e Sociedade**, v. 1, n. 1, 2005.
- GUEDES, S. L. **O futebol brasileiro: Instituição Zero.** 1ª. ed. São Paulo: Ludopédio, 2023. 297 p.
- HAESBAERT, R. Hibridismo cultural, “antropofagia” identitária e transterritorialidade. In: BARTHE-DELOIZY, F.; SERPA, A. **Visões do Brasil: estudos culturais em geografia.** Salvador: EDUFBA, 2012. p. 27-46.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.
- MASCARENHAS, G. Um jogo decisivo, mas que não termina: A disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. **Revista Cidades**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, p. 142-170, 2012.
- MASCARENHAS, G. Um jogo decisivo, mas que não termina: A disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. **Revista Cidades**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, p. 142-170, 2012a.
- MASCARENHAS, G. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo Futebol.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014a. 256 p.
- MASCARENHAS, G. "Não vai ter arena": Futebol e direito à cidade. **ADvir**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 24-38, 2014b.
- MASCARENHAS, G. 2014 e o desenhar conflituoso de uma nova geografia do futebol. In: SANCHEZ, F., et al. **A Copa do Mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências.** Niterói: Editora da UFF, 2014c. Cap. 4, p. 61-80.
- MASCARENHAS, G. Pacificação e exclusão: o estádio de futebol na produção da cidade-espetáculo. **XVI Enanpur**, Belo Horizonte, 2015.
- OLIVEIRA, N. G. **O poder dos jogos e os jogos de poder: interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Anpur, 2015. 284 p.

- ROLNIK, R. A Cidade é Nossa com Raquel Rolnik #42: Adeus, Tobogã do Pacaembu. **Blog da Raquel Rolnik**, 2021. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2021/07/02/a-cidade-e-nossa-com-raquel-rolnik-42-adeus-toboga-do-pacaembu/>>. Acesso em: 15 agosto 2023.
- SANTOS, L. E. N.; TAVARES, J. C. A produção do espaço urbano e o cotidiano: reflexões para o município de São Luís, MA. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, 18, 2011.
- SIMÕES, I. **A produção do clube: poder, negócio e comunidade no futebol**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2023. 544 p.
- SIMÕES, I. S. **Clientes versus rebeldes: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017. 336 p.
- SIMÕES, I. S. **A produção do clube: poder, negócio e comunidade no futebol**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2023. 544 p.
- VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 2ª. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000. Cap. 2, p. 192.